

Thadeu Vinícius Souza Teles

## O MARQUÊS DE POMBAL E O ILUMINISMO NA FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO PORTUGUÊS

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo relacionar medidas do Marquês de Pombal com os ideais da tradição iluminista em sua manifestação lusitana durante a formação do Estado moderno português. A iniciativa do Marquês de Pombal em fazer uma reforma geral e pedagógica para reerguer Portugal após o terremoto de 1755 buscou implementar reformas substanciais para fortalecer o projeto da nação portuguesa, provocando a recuperação econômica e a modernização do Estado. O estudo foi realizado através de um levantamento bibliográfico que lançou mão de fontes históricas, bibliográficas e documentais para facilitar a compreensão da aplicação das ideias iluministas arregimentadas estrategicamente pelo déspota esclarecido Pombal.

**Palavras-chave:** Iluminismo; Marquês de Pombal; Portugal.

## THE MARQUIS OF POMBAL AND THE ENLIGHTENMENT IN THE FORMATION OF THE MODERN PORTUGUESE STATE

### ABSTRACT

This article aims to relate Marquis of Pombal's measures with the ideals of the Enlightenment tradition in its Lusitanian manifestation during the formation of the modern Portuguese state. The initiative of Marquis of Pombal in making a general and educational reform to rebuild Portugal after the earthquake of 1755 sought to implement substantial reforms to strengthen the Portuguese nation project, leading to economic recovery and modernization of the Portuguese State. The study was conducted through literature, which made use of historical, bibliographic and documentary sources to facilitate the understanding of the application of how Enlightenment ideas were strategically regimented by enlightened despot Pombal.

**Keywords:** Enlightenment; Marquis of Pombal; Portugal.

## EL MARQUÉS DE POMBAL Y LA ILUSTRACIÓN EN LA FORMACIÓN DEL ESTADO MODERNO PORTUGUÉS

### RESUMEN

En ese artículo se pretende relacionar las medidas del Marqués de Pombal con los ideales de la tradición ilustrada en su manifestación lusitana durante la formación del estado moderno portugués. La iniciativa del Marqués de Pombal en promover una reforma general y pedagógica para reconstruir Portugal después del terremoto de 1755 buscó implementar reformas sustanciales para fortalecer el proyecto de nación portuguesa, provocando la recuperación económica y la modernización del Estado. El estudio se llevó a cabo a través de una recopilación bibliográfica que hizo uso de fuentes históricas, bibliográficas y documentales para facilitar la comprensión de la aplicación de las ideas ilustradas movilizadas estratégicamente por el despota ilustrado Pombal.

**Palabras clave:** Ilustración; Marqués de Pombal; Portugal.

## LE MARQUIS DE POMBAL ET LE LUMIÈRE DANS LA FORMATION DE L'ÉTAT MODERNE PORTUGAIS

### RÉSUMÉ

Cet article a l'objectif de rapporter des mesures du Marquis de Pombal avec les idéaux de tradition des Lumières dans sa manifestation lusitanienne pendant la formation de l'État moderne portugais. L'initiative du Marquis de Pombal de faire une réforme générale et pédagogique pour reconstruire Portugal après le tremblement de 1755 a cherché à implémenter des réformes substantielles pour fortifier le projet de la nation portugaise, en provoquant la récupération économique et la modernisation de l'État. L'étude a été réalisée à travers une collecte bibliographique qui ont utilisé sources historiques, bibliographiques et sources documentaires pour faciliter la compréhension de l'application des idées des Lumières enrégimentée stratégiquement pour le despote éclairé Pombal.

**Mots-clés:** Lumière; Marquis de Pombal; Portugal.

O senso comum de que Portugal apresentava dificuldade para ascender residiu no fato de que o Iluminismo português foi considerado por alguns historiadores como canhestro diante do atraso verificado pelos viajantes<sup>1</sup> que passavam pela França e Inglaterra, com seus “modelos perfeitos”<sup>2</sup> de Iluminismo, e serviam de parâmetro para comparação com o Iluminismo português ainda em construção na dita periferia europeia. Ainda assim, muitos cidadãos portugueses ilustrados já demonstravam sua insatisfação e iniciavam discussões acerca do inconveniente desse afastamento para o progresso econômico e cultural português.

Oliveira (2010, p. 20), ao observar o caráter ilustrado da legislação pombalina, destaca o elevado grau de autoconsciência histórica portuguesa encontrado nos documentos que passavam de peças legislativas a “verdadeiras narrativas fundacionais, que se concentravam na invenção de uma tradição gloriosa do povo lusitano [...] deixando boquiabertos os demais povos europeus, inclusive seus rivais ibéricos – os espanhóis”. A surpresa causada aos demais povos com amostras significativas como essa evidencia o veredito precipitado de que Portugal encontrava-se em defasagem ou atraso com relação à modernidade europeia. A respeito da influência das ideias iluministas e do mito da decadência portuguesa, cabe destacar a inquietação dos estrangeirados<sup>3</sup> no processo de modernização portuguesa.

Embora Portugal se mantivesse considerado nublado e, em outras palavras, à margem das “Luzes”, alguns intelectuais portugueses, incluindo monarcas, já mantinham contato com ideais políticos e científicos que se fortaleciam nos principais países da Europa. Existiam dois grupos de cidadãos considerados estrangeirados: aqueles por força do sangue – judeus convertidos, então chamados cristãos-novos – e aqueles por força da educação adquirida fora de seu país. São exemplos de portugueses estrangeirados importantes: Antonio Ribeiro Sanches (1699-1783), Martinho de Mendonça (1693-1743), Alexandre de Gusmão (1695-1793), José da Cunha Brochado (1651-1733) e Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782).

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em Lisboa, filho de uma família de pequenos fidalgos rurais. Casou-se pela primeira vez em 1723 com a viúva Dona

Tereza de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, através de um acerto que o ligava à alta nobreza. Viúvo desde 1739, casou-se novamente em 1745 com Maria Eleonor Ernestina, condessa de Daun, o que o acessou ao ministério de Lisboa. Foi seu tio, o sacerdote Paulo de Carvalho e Ataíde, que lhe deixou uma casa em Lisboa e propriedades em Oeiras, onde concentrou suas riquezas.

Desde cedo Carvalho e Melo manteve-se envolvido em assuntos da corte portuguesa. Foi enviado como embaixador português a Londres entre 1738 e 1744, e em seguida a Viena entre 1745 e 1749. Diante da enfermidade fatal de D. João V, a rainha regente Maria Ana da Áustria chama Carvalho e Melo para integrar o ministério em Lisboa. Durante o reinado de D. José I (1750-1777) – monarca que, segundo Maxwell (1996, p. 4), preferiu a caça e a ópera ao governo –, Carvalho e Melo é nomeado Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750), e depois Secretário dos Negócios do Reino (1755).

Seu desempenho resolutivo nas questões em que esteve à frente trouxe a Sebastião José o título de Conde de Oeiras (1759) e mais adiante a condecoração de Marquês de Pombal (1769), sempre por merecimento, como recompensa dos serviços prestados ao Estado português. Sua contribuição se fez preeminente a partir do Terremoto de Lisboa<sup>4</sup>, quando, na posição de primeiro-ministro, obteve autoridade virtualmente completa.

Combinando monarquia absolutista com despotismo esclarecido, Pombal agiu com vigor. Reuniu os corpos das vítimas rapidamente e os lançou ao mar, enforcou os saqueadores, fixou os preços de materiais de construção, alimentos e aluguéis semelhantes aos preços anteriores ao sismo, e planejou a reconstrução de uma Lisboa independente economicamente como o centro comercial e administrativo de Portugal. Um exemplo desse interesse está na construção da Praça do Comércio, onde se localizava a antiga Praça Real.

As reformas empreendidas por Pombal não se ativeram ao caráter urbanístico e saneador, pois elas se desdobraram em transformações estruturais em diversas instâncias. Na legislação pombalina, observam-se medidas que visavam reformas em todo aparelho do

Estado, na religião, na economia e na educação. Assim, o estrangeirado Pombal buscou aproximar Portugal dos demais países europeus a fim de fazê-los reconhecer o reino português como parte da Europa, integrando-o e apropriando-se dos ideais iluministas já experimentados por ele em suas experiências em Viena e Londres<sup>5</sup>.

O ministro-chefe do rei José I de Portugal ficou conhecido na tradição histórica pelo papel de grande benfeitor onisciente que desempenhou. A partir de suas medidas de alinhamento iluminista, o historiador David Birmingham (2015, p. 98-99) o descreve como:

um dos governantes mais inovadores que Portugal já teve, embora seus métodos ditatoriais tenham refletido a aspereza do absolutismo do século XVIII. Ele pertencia a uma tradição de estudiosos, diplomatas e políticos portugueses que viveram no estrangeiro e estavam familiarizados com o Iluminismo europeu. Eles tornaram-se a *noblesse de robe* [nobreza togada], desconfortavelmente equilibrada entre a alta burguesia e a baixa nobreza. Eram conhecidos como a elite “alienada” e nunca foram populares diante da nobreza arcaica da sociedade tradicional.

Assim, na análise das peças legislativas assinadas por Pombal, pode-se observar que certamente suas leituras estrangeiras sobre Portugal o levaram a adotar uma compreensão pessimista de seu país à época. Como o Marquês se manteve afastado entre 1738 e 1749, acredita-se que ele estava, dessa forma, distante das primeiras luzes do conhecimento que se manifestavam em Portugal e, conseqüentemente, conduziu suas reformas baseando-se em um diagnóstico pessoal de um país em “atraso”. Além disso, suas medidas aproximavam-se cada vez mais da nova burguesia ascendente portuguesa.

Como notou Teixeira Soares (1961), alguns problemas fundamentais do reinado de D. João I, antecedente de D. José I, foram: a resistência a reformas na estrutura administrativa do Estado, especialmente no que se referia ao regime fazendário e à administração

ultramarina; o desinteresse pela instrução pública, uma vez que era um privilégio apenas de nobres e burguesia; e o obscurantismo no governo, que se mantinha como obstáculo para as reformas.

Nesse sentido, as reformas pombalinas tentaram, a partir da perspectiva ideológica, recusar, eliminar ou modificar aquilo considerado ultrapassado, para a instalação de um novo projeto idealizado com base nos modelos experimentados pelo marquês. Assim, todos os esforços de Pombal vão denotar um anseio de promover um tipo desejado de homem e sociedade, os quais, antes de mais nada, necessitavam ser preparados.

Segundo Cabral de Moncada, o Iluminismo português<sup>6</sup> foi “essencialmente Reformismo e Pedagogismo” (MONCADA *apud* CARVALHO, 1978, p. 26). Desse modo, os ecos do Iluminismo europeu chegaram a Portugal adaptados à necessidade portuguesa de animar uma atitude crítica de revisão dos problemas que instigavam uma reforma, tanto do pensamento quanto das instituições.

Diante do caráter singular do Iluminismo português, Falcon (1989, p. 54; 58) estabelece uma distinção entre Iluminismo e Ilustração. Para ele, o Iluminismo “identifica-se bem mais com ‘uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder, a partir da razão’”, enquanto a Ilustração “parece mais adequada para indicar um movimento ou processo historicamente datado”. A penetração do Iluminismo europeu através dos estrangeirados impulsionou um movimento ilustrado português cujas ideias refletiram-se nas ações do absolutismo ilustrado, o qual se preocupou pragmaticamente com modernização, enriquecimento e secularização do Estado.

De maneira preliminar, vale ressaltar o papel de “Sujeito do Iluminismo” (HALL, 2001, p. 46) assumido pelo Marquês de Pombal como instrumento do pensamento iluminista durante a (re)construção de Portugal, especialmente no tocante a reformas realizadas no campo educacional<sup>7</sup> e pedagógico. De acordo com Andrade (1978, p. 4), um dos primeiros passos constituiu-se na laicização do ensino:

A Reforma Pombalina do Ensino no Brasil inicia-se com dois passos distintos que apenas

não convergem, na medida em que ambos se dirigem intencionalmente a eliminar os Jesuítas e, quanto possível, a curto prazo, os Religiosos em geral, substituindo a sua ação educativa por nova dinâmica racionalista, que ainda respeita a hierarquia eclesial, mas subordinada ao Estado.

Convém mencionar que o antijesuitismo<sup>8</sup> inerente às reformas pombalinas no campo pedagógico apresenta a Companhia de Jesus<sup>9</sup> como responsável pelo atraso em que se encontravam as letras portuguesas no século XVIII. Através do texto do Alvará de 28 de junho de 1759, ficou registrada a intenção de culpabilizar os jesuítas (OLIVEIRA, 2010, p. 96). Em seu texto mencionam-se, por exemplo, a necessidade da simplificação da Gramática Latina, o desperdício de tempo, a clareza e o “pernicioso” método:

[...] tendo consideração outro sim a que sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as Sciencias, se vê nestes Reinos extraordinariamente decahido daquelle auge, em que se achavão, quando as Aulas se confiarão aos Religiosos Jesuítas, em razão de que estes com o escuro, e fastidioso Methodo, que introduzirão nas Escolas destes Reinos, e seus Dominios; e muito mais com a inflexivel tenacidade, com que sempre procurarão sutentallo contra a evidencia das solidas verdades, que lhe descobrirão os defeitos, e os prejuizos do uso de hum Methodo, que, depois de serem por elle conduzidos os Estudantes pelo longo espaço de oito, nove, e mais annos, se achavão no fim delles tão illaqueados nas miudezas da Grammatica, como destituídos das verdadeiras noções das Linguas Latina, e Grega, para nellas falarem; e escreverem sem um tão extraordinario desperdicio de tempo, com a mesma facilidade, e pureza, que se tem feito familiares a todas as outras Nações da Europa, que abolirão aquelle pernicioso Methodo; dando assim os mesmos Religiosos causa necessaria á quase total decadencia das

referidas duas Linguas; sem nunca jamais cederem, nem á invencivel força do exemplo dos maiores Homens de todas as nações civilisadas; nem ao louvavel, e fervoroso zelo dos muitos Varões de eximia erudição, que (livres das preoccupações, com que os mesmos Religiosos pretenderão allucinar os meus Vassallos, distrahindo-os na sobredita fórma do progresso das suas applicações, para que criando-os, e prolongando-os na ingnorancia, lhes conservassem huma subordinação, e dependencia tão injustas, como perniciosas) clamarão altamente nestes Reinos contra o Methodo; contra o máo gosto; e contra a ruina dos Estudos (PORTUGAL, 1830, p. 673-674).

A despeito do exposto, a Igreja, como instituição religiosa, permaneceu no novo cenário da constituição da nação portuguesa.<sup>10</sup> A redistribuição do papel da igreja no Iluminismo português o diferiu dos demais países que seguiam essa corrente, adequando-se aos propósitos dos aliados oratorianos<sup>11</sup>. Dessa maneira, como adaptador pragmático e sutil, Pombal, apesar de alinhado às ideias iluministas, em vez de importar uma política, criou a sua própria ao combater os jesuítas, o que fez com que unisse seus interesses políticos à fé cristã, resultando em um novo relacionamento Estado-Igreja.

A autora Carlota Boto (2011, p. 109) sintetiza as iniciativas pombalinas da instrução pública e coloca o Marquês de Pombal como um dos principais responsáveis pelo cenário da escola pública que se apresentará:

A ação político-pedagógica do Marquês de Pombal, dentre outros aspectos, assinalava como uma necessidade histórica do Estado tomar para si o controle das questões do ensino em todos os seus níveis. Não se tratava, portanto, de uma mera questão religiosa. Não era também um assunto que pudesse se reduzir à sua dimensão pedagógica. Agir sobre a institucionalização de um sistema de ensino denotava projetar o futuro da nacionalidade. Tratava-se, nesse sentido, de um ato de

elevada prioridade do ponto de vista do Estado. Assumir o controle da escolarização significaria fortalecer e dignificar as fronteiras do reino português.

Nesse contexto complexo de centralização do Estado moderno português, a Igreja passou a ocupar o lugar de instrumento de poder do Estado, através do qual os laços entre Deus e os cristãos são correlacionados aos laços entre os soberanos e os súditos, de maneira a estreitar essa relação, bem como a contribuir para a legitimação das ações do déspota em consonância com a suposta vontade de Deus. Em substituição ao papel da Igreja, que perdeu muito do seu prestígio social, surge a ideia de nação.

Após a catástrofe do Terremoto de Lisboa (1755), mais do que nunca se fez necessário conectar os homens portugueses através do sentimento de pertencimento, mas principalmente trazê-los à responsabilidade de reconstruir sua nação. Não havia melhor maneira de um Estado moderno centralizador justificar suas ações absolutistas, em uma configuração complexa de novos grupos sociais, que utilizar-se do sentimento de unidade provocado pela tensão de uma catástrofe como o terremoto.

Diante do seu caráter eminentemente moderno, assume-se que a Nação portuguesa baseava-se no modelo combinado Estado-Nação. Para efeitos de estudo, pode-se entender Nação como Estado-Nação<sup>12</sup>, segundo a *Enciclopédia Brasileira Mérito*, como

a comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo (HOBBSAWM, 1991, p. 28).

Dentro do projeto de reformas pombalinas para reerguer Portugal, havia a necessidade de fortalecer a nação portuguesa através de mudanças gerais, econômicas e pedagógicas. De acordo com Renan (2008, p.

7), uma nação é “um resultado histórico levado a termo por uma série de fatos convergentes no mesmo sentido”. Embora as características de identificação nacional na criação de uma nação pareçam naturais ou inerentes, mesmo nos meios acadêmicos, observa-se que as medidas tomadas por Pombal perseguiram um modelo bem definido de nação.

De acordo com Hobsbawm (1991, p. 15), todas as definições objetivas de nação são falhas diante do amplo número de exceções da categoria. Contudo, o conceito político frequentemente ventilado pela literatura em que se encontram critérios simples como língua e etnia, território, história e traços culturais em comum parecem afinar-se ao projeto de nação português, cujas ações buscavam em sua maioria equalizar Estado, Igreja e povo visando salvaguardar soberania, reforçar o princípio da autoridade monárquica, reestruturar o aparelho do governo, além de fazer com que a educação cumprisse seu papel de ilustrar o reino e auxiliar no processo de secularização do Estado português.

A discussão acerca do conceito de nação se faz pertinente neste trabalho na medida em que se observa que, ao planejar suas ações, o principal objetivo perseguido por todas as reformas pombalinas passa pelo projeto de construção da nação portuguesa e do novo ordenamento do Estado moderno português. Pombal buscou agregar aos princípios de reorganização política, econômica e pedagógica manobras administrativas que possibilitassem ao Estado impor-se como uma nação forte, ainda que não pensasse as concepções de nação ou se reconhecesse prospectivamente a ‘nação portuguesa’ em meio a tantos elementos subjetivos inerentes à discussão sobre nacionalismo.

Anderson (2008, p.39) propôs o entendimento do nacionalismo como resultado dos sistemas culturais que o precederam – comunidade religiosa e reino dinástico –, em detrimento das ideologias políticas educacionais e linguísticas conscientemente adotadas, no caso deste estudo, por Pombal. No entanto, pode-se dizer que as reformas pertinentes à religião e ao sistema de ensino, através do poder de déspota esclarecido de Pombal, potencializaram estrategicamente grandes mudanças pedagógicas. Para os propósitos de análise, Hobsbawm (1991, p. 19) defende que o nacionalismo

vem antes das nações, pois “as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”.

Ao observar a história das civilizações, Anderson (2008, p. 10) afirma que ela é permeada por ações que têm por objetivo “inventar” uma tradição, criando justificativas para atos políticos e fazendo com que outros acontecimentos sejam esquecidos. Nesse processo de constituição de uma identidade nacional, um fator crucial para a construção da nação portuguesa, além da conjunção das medidas na instrução, foi a valorização da língua vernácula – a “Lingua do Príncipe”, usada para se afirmar perante as demais nações e os “Povos conquistados”.

No campo da instrução pública e do ensino de línguas, a grande inovação da legislação pombalina foi a ênfase dada à institucionalização do ensino da língua portuguesa, desde então assumida como língua nacional. Embora as motivações da Lei do Diretório, de 1757, fossem de ordem muito mais político-econômica do que propriamente linguística, uma vez que visavam ao aumento da Fazenda Real e o incremento do “comercio do Sertão”, tal documento foi de fundamental importância para a consolidação da língua portuguesa como língua nacional em Portugal e no Brasil (OLIVEIRA, 2010, p. 54).

A propósito do fortalecimento da nação portuguesa, vão se desligando as influências da língua sacra, a latina por força da Igreja, e do antigo sistema educacional comandado pelos jesuítas. Acerca da importância do papel do comércio para a nação, Auroux (1992, p. 46) afirma:

É evidente [...] que o lugar da Igreja na sociedade assegura a ancoragem do latim. Este último estará em perigo desde que atividades sociais tomem importância, as quais, reclamando-se escrituras e técnicas intelectuais formarão uma esfera estranha à Igreja (comércio).

Segundo parecer de muitos historiadores, a exemplo de Carvalho (2001, p. 425), o desencontro entre Estado e Igreja iniciou-se a partir da execução do Tratado de Limites assinado entre Portugal e

Espanha em 1750. Através desse tratado, ficou determinada a delimitação dos domínios explorados pelas duas nações ibéricas. Contudo, dentro da Colônia de Sacramento, que deveria ser entregue a Portugal, estava construído um império da Companhia de Jesus com aspectos de uma sociedade “meticulosamente organizada”. Assim, tentando evitar prejuízos para os interesses jesuítas, os índios foram organizados militarmente e entraram em guerra contra as forças portuguesas e espanholas, mas deram-se por vencidos depois de aniquilados.

Apesar do afastamento necessário e progressivo da Igreja do controle da educação e do seu estranhamento ao comércio como um novo elemento condicionador do Estado, a Igreja realocou-se como um aliado imprescindível dos propósitos iluministas em terras lusófonas. Na perspectiva de Priore (2003), é impossível ler a história portuguesa fora da chave religiosa. Para a autora, não enxergam muito longe aqueles que defendem o “atraso” português a partir de comparações sobre a razão e transformações econômicas e políticas já em curso no restante da Europa:

Para quem deseja começar a entender esse país, basta começar a perceber que muitas das questões científicas e filosóficas levantadas pelo Iluminismo estavam ausentes, ainda, de Portugal. Essa constatação não apequena ou diminui o seu papel, pois nada esclarece. Ao contrário, passa longe de um dos fatores que nos permite adentrar a sua singularidade. A sua identidade. A identidade dessa nação que passava pelo que Eduardo Lourenço denominou de ‘crença nos milagres’ (PRIORE, 2003, p. 246-247).

Há que se perceber que o jesuitismo, interpretado por Pombal como o principal motivo do atraso português, foi uma forte característica portuguesa, e o fator religioso foi por anos o esteio da ordem civil. Entretanto, não resistiu aos avanços iluministas predominantes e à estatização do ensino. Nas palavras de Carvalho (1978, p. 49), a política pombalina tratou na verdade de “uma tentativa de conduzir, numa harmonia de interesses,

conjuntamente, a *Republica* e a *Igreja* pelo caminho do progresso, material e espiritual, da nação lusitana”.

A fé cristã, no entanto, não impediu o estabelecimento de um novo sistema capaz de promover o progresso científico e econômico buscado pelo Estado. Ao contrário, a nação portuguesa foi um projeto sustentado pelo reposicionamento da igreja com a intenção de fomentar os estudos públicos necessários com a união de princípios de fé no progresso, entusiasmo filosófico e busca da felicidade. Falcon (1993, p. 97-98) descreve essa modalidade de cristianismo como “um cristianismo ilustrado que se trata agora, no qual a fé em Deus é a condição para a virtude e a felicidade. O anticlericalismo, tão associado em geral às Luzes é um fenômeno basicamente católico e mais político até do que propriamente religioso”.

De acordo com Boto (2011, p. 110), o Iluminismo em sua manifestação portuguesa preservou sua característica crítica. Durante a secularização do ensino, por exemplo, ela afirma que os iluministas consideravam a instrução um meio de conduzir “não apenas o acréscimo do conhecimento do sujeito, mas também um aprimoramento do indivíduo que se instrui”. Por outro lado, o movimento de iluminação foi também um movimento de fé: “fé na razão, fé no futuro, fé na flecha de um tempo, fé no comércio entre os homens – e, finalmente, fé na educação”.

Dessa maneira, fica subentendido que a Igreja – antes vista como uma ameaça ao absolutismo do poder real – já não estava à frente durante o processo de (re) construção da unidade administrativa do Estado, conduzida criteriosamente por Pombal, porém já havia se tornado um recurso de apoio da política pombalina e agora fazia parte do repertório oficial de elementos indissociáveis da identificação nacional portuguesa, ao lado de outros elementos fundacionais da nação lusitana, a exemplo da língua vernácula.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A discussão de nação, para além dos limites territoriais e dentro do contexto da formação do Estado moderno português, colabora para a compreensão das razões de como as reformas pombalinas foram conduzi-

das. A postura política assumida pelo Marquês de Pombal em seus decretos e alvarás traçou o tipo de nação que Portugal buscava se tornar durante a demorada transição de Antigo Regime para Estado Moderno, a que tentava aceder. Nota-se que foram as transformações na máquina administrativa e no sistema educacional portugueses que estabeleceram as condições necessárias para a escrita de uma nova história portuguesa.

Independentemente de objeções a respeito da classificação de termos como nação, recorrentemente mencionado na legislação portuguesa, observa-se que o estabelecimento da nação portuguesa foi um projeto iluminista cuidadosamente pensado para a constituição do Estado moderno português no cenário europeu. As reformas pedagógicas verificadas vão apontar para ajustes no campo da instrução, pois queriam esculpir um Estado-nação que aproximasse Portugal às nações vizinhas econômica e culturalmente, através do “ofício de palmilhar a arquitetura da nova sociedade” que a instrução desempenhava (BOTO, 1996, p.16).

Segundo Falcon (1993, p. 113; 129), a educação foi sobrelevada a um “valor quase mágico” dentro do conjunto das políticas reformadoras observadas. De acordo com a literatura referente ao tema, a máxima expressão das reformas pombalinas se deu na educação, porquanto ela é

sempre pensada como um instrumento básico da prática ilustrada, ao mesmo tempo meio e fim da ideologia que a informa. Não se trata de por certo uma educação qualquer, mais ou menos genérica, mas uma determinada educação, dentro de parâmetros bem definidos, a serviço de uma hegemonia que, evidentemente, deve ser referida ao Estado em suas objetivações concretas

As reformas pedagógicas combateram não somente a forma jesuítica de ensinar, mas principalmente o controle eclesiástico que ameaçava a hegemonia do Estado português, diante do conflito crescente de interesses econômicos e políticos entre Estado e Igreja enquanto aparelho ideológico predominante. Considerada a espinha-dorsal de toda uma política pombalina e da

mentalidade ilustrada, a educação, além de atuar como reforço na propagação dos pensamentos iluministas e de inculcar as ideias necessárias ao estabelecimento da nação portuguesa, serviu ainda, e sobretudo, como instrumento preparador do capital humano responsável pela reconstrução portuguesa.

Não obstante se questione até hoje a maneira como o Marquês de Pombal implementou suas reformas, é inegável que sua visão modernizadora completou o Iluminismo português e provocou a saída da inércia de um passado considerado tacanho ou desconfiado. Dentre suas iniciativas, se destacaram reformas sociais responsáveis por abrir caminho à nova prosperidade econômica à qual Portugal aspirava, tais quais reformas econômicas, religiosas e educacionais. Estas últimas se tornaram a pedra de toque nos estudos da recondução pombalina da trajetória moderna portuguesa.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. 1978. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva / EDUSP, 1978.
- ARENDE, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- BIRMINGHAM, David. *História Concisa de Portugal*. Tradução: Daniel M. Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2015.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1998.
- BOTO, Carlota. *A Escola do Homem Novo: entre o iluminismo e a revolução francesa*. São Paulo: UNESP, 1996.
- \_\_\_\_\_. Pombalismo e Escola de Estado na História da Educação Brasileira. In: SAVIANI, Demerval (Org.). *Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira*. Vitória: EDUFES, 2010.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas na instrução pública*. São Paulo: Edusp, 1978.
- CARVALHO, Rômulo de. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- DÓRIA, António Álvaro. "Inglaterra, relações de Portugal com a". In: Joel Serrão (dir.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. III, 1981.
- FALCON, Francisco. J. C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Da Ilustração à Revolução - percursos ao longo do espaço-tempo setecentista*. In: Acervo. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1989, p. 54. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.4,%20n.1,%20jan,%20jun,%201989.pdf>>. Acesso em: 03 de fev. 2012.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira – Brasil e Portugal (1750-1808)*. Tradução: João Maria. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Chocolate, Piratas e Outros Malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. As aulas de comércio e o ensino de inglês no Brasil (1809-1846). In: CRUZ, Maria Helena Santana (org). *Múltiplos enfoques e espaços plurais da pesquisa no campo da educação*. São Cristóvão: EDUFS, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A Historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Campinas: 1999. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. *A instituição das línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Histórica, Política, e Sociedade. São Paulo: 2006. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2255](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2255)>. Acesso em: 15 de abr. 2016.
- \_\_\_\_\_. (org). *A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: EDUFAL, 2010.

\_\_\_\_\_. *Gramatização e Escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827)*. São Cristóvão: EDUFS, 2010.

PORTUGAL. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810*. Lisboa: na Typ. Maigrense, 1830.

PRIORE, Mary del. *O Mal sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro, TopBooks: 2003.

PRIORE, Mary del & VENANCIO, Renato. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil: 2010.

RENAN, Ernest. 2008. *O que é uma nação?*. Tradução de Glaydson José da Silva. Revista Aulas, v. 1. Disponível em <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. 2016.

SANTOS, Elaine Maria. *As Reformas Pombalinas e as Gramáticas Inglesas: percursos do ensino de Inglês no Brasil (1759-1827)*. São Cristóvão: 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFS.

SANTOS, Vera Maria dos. *A mulher de posses e a instrução elementar na Capitania de Sergipe del Rey nos anos setecentos*. São Cristóvão: 2011. Tese (Doutorado em Educação) – UFS.

TEIXEIRA SOARES, Á. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1961.

## NOTAS

- 1 “Na primeira metade do século XVIII, foram publicados numerosíssimos livros e folhetos sobre assuntos direta e indiretamente políticos: obras históricas sobre antigas instituições francesas ou sobre as justificativas e as finalidades do Governo, obras sobre a Constituição inglesa, relatórios de viagens a países exóticos, apresentados, geralmente, como contrapostos à França, propostas de reformas e obras de propaganda, frequentemente mais negativas do que positivas. Na segunda metade desse século, o debate sobre estes temas se generalizou e invadiu todo tipo de literatura. Existe porém, com diferenças por vezes importantes, um Iluminismo alemão, italiano, espanhol, austríaco, e um Iluminismo dos países da Europa oriental” (BOBBIO, 1998, p.606).
- 2 Expressão utilizada por Oliveira (2010, p. 20) em “A Invenção da Tradição e O Mito da Modernidade: aspectos principais da legislação pombalina sobre o ensino de línguas”.
- 3 O fenômeno do “estrangeiramento” dá ensejo a estudos mais aprofundados. Convém a esse trabalho, por enquanto, sintetizar o estrangeirado como aquele que representa o outro, ou seja, um novo tipo de intelectual. Pode-se inferir que os chamados modernos, estrangeirados, ou ainda ilustrados sofreram alguma rejeição por parte dos portugueses como “uma manifestação de um longo processo de alheamento e desconfiança ao mundo exterior às fronteiras metropolitanas” (FALCON, 1993, p. 319). De acordo com Priore (2003, p. 71), havia uma “xenofobia enraizada numa concepção fechada de espaço, ela mesma ligada a mecanismos de sobrevivência através da noção de

defesa de território e de um profundo sentimento de insegurança que perpassou as populações, sobretudo as que estavam instaladas num teatro de guerras como foi a Europa ocidental entre os séculos XIV e XVII. O Outro devia ser, via de regra, um inimigo”. Vale registrar que alguns historiadores, como Banha de Andrade (1978), recusam a expressão “estrangeirado” para referir-se a intelectuais, pois para eles Portugal não desconhecia as correntes mentais estrangeiras, apenas mantinha uma cultura autônoma.

- 4 Ao 1º dia de novembro de 1755, por volta das 9h30min da manhã, um terremoto seguido de maremoto e longos incêndios deixou a capital portuguesa em estado miserável. Esse fenômeno sísmico não intencional terminou por ensejar a mudança na conformação das coisas no Estado português, o qual precisou reagir e reestruturar-se. Para falar como Arendt (2007, p. 303), quando discute a respeito do fazer versus o contemplar ou observar, pode-se inferir que as ações pombalinas tiveram intencionalidade, mas foram definitivamente motivadas por um evento natural não condicionado.
- 5 Vale registrar que, nesse período histórico, Pombal buscava soluções para os problemas portugueses na Inglaterra, cujo sistema político instituído era o parlamentar, enquanto Portugal vivia o absolutismo.
- 6 Tomando-se como ponto de partida o século das Luzes, ou o século da ilustração, conforme Falcon (1993, p. 10), importa registrar que, apesar da diferença de nomenclatura, o Iluminismo português é abordado nesse trabalho como ilustração e vice-versa indistintamente, sem prejuízo na compreensão.
- 7 Cabe esclarecer nesse trabalho que apesar da distinção entre os conceitos de educação e instrução no ideário luso, quando o termo educação for mencionado, refere-se de fato às ideias relacionadas à instrução, termo contemporâneo ao período recortado. Entende-se aqui que a instrução foi um processo de aquisição de conteúdos e conhecimentos para a formação do sujeito, diferentemente da educação, que ainda desempenharia uma função disciplinadora e formadora de comportamentos.
- 8 Estudos mais recentes ponderam o antijesuítismo ao constatar a excelência intelectual dos métodos pedagógicos utilizados pelos jesuítas, porém não é interesse desta pesquisa aprofundar essa discussão neste momento.
- 9 A Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Inácio de Loyola (1491-1556), durante o reinado do Papa Paulo III (1468-1549), teve como objetivo ser uma instituição de propagação de fé e evangelização, necessária para combater a expansão do Protestantismo, uma vez que, com a Reforma Protestante, a Igreja Católica começou a perder muitos adeptos. As medidas pombalinas de retomada do controle político e administrativo das colônias não agradou aos jesuítas, os quais dirigiram cartas ao governador argumentando merecer uma diferenciação de tratamento, por estarem submetidos ao papado, em vez da Coroa (SANTOS, 2010, p. 60).
- 10 Apesar de criticar o poder da Igreja no cenário português, o ministro não pode ser considerado ateu. De acordo com Priore (2003, p. 216), “Suas palavras e atitudes diárias desmentem peremptoriamente qualquer acusação de ‘irreligiosidade’”. Pombal era homem de fazer rezar missa na capela de sua quinta em Oeiras, além de aos sábados acompanhar ao som de órgão a ladainha a Nossa Senhora de Jesus, sujeitava-se às admoestações de seus párocos, observando todas as prescrições, inclusive às dietéticas, da Santa Amada Igreja”. Ainda assim, Pombal não poupou aqueles que considerassem obstáculo, a exemplo de ‘pseudoprofetias’ que operassem contra suas ações amedrontando a população com previsões alarmantes de novas desgraças após o terremoto.

- 11 “[Os estrangeirados oratorianos] foram os maiores adversários dos jesuítas no debate sobre modelos pedagógicos. Os oratorianos foram os grandes promotores das ciências naturais, tendo introduzido em Portugal as ideias de Francis Bacon, Descartes, Gassendi, Locke e Antonio Genovesi. Também enfatizaram importância da língua, da gramática e da ortografia portuguesa, que acreditavam deveriam ser estudadas diretamente e não através do latim. A biblioteca dos oratorianos no convento de Nossa Senhora das Necessidades continha mais de trinta mil volumes e um pequeno laboratório experimental, com uma coleção de instrumentos científicos para o curso de física que eles administravam” (MAXWELL, p. 14, 1996). A Congregação portuguesa do Oratório, que deu origem aos famosos oratorianos, foi fundada em Lisboa, pelo padre Bartolomeu do Quental, no ano de 1668, sendo confirmada por Clemente X, em 1671 e 1672. Em 17 de Julho de 1671, deu-se início a Congregação que, depois de tentativas persistentes para se guiar por estatutos apropriados ao clima e à sociedade local, teve de aceitar os da Congregação romana de São Filipe de Neri, até se conformar, em 24 de Agosto de 1672, com os da Congregação portuguesa, do padre Bartolomeu do Quental. Os oratorianos ficaram conhecidos por ser uma sociedade de vida apostólica, mas sem votos de pobreza e obediência, além disso, foram importantes multiplicadores do iluminismo durante sua expansão (SANTOS, 2011, p. 46).
- 12 Tratar do conceito de Nação se faz complexo diante do seu caráter abstrato e do número de pensadores que o discutem. Portanto este estudo não ambiciona esgotar os possíveis diálogos com tais pensadores ou apontar a melhor definição para o termo. Interessa aqui refletir sobre a formação do caso específico da nação portuguesa utilizando as referências bibliográficas constantes nas discussões do Núcleo de Estudos de Cultura, a exemplo de Hobsbawm (1991), Anderson (2008), Auroux (1992) e Renan (2008).

## O AUTOR

**Thadeu Vinícius Souza Teles** possui Graduação em Letras Inglês Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2007), Especialização em Nível de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa (2008) e Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (2012). Atualmente é membro do Núcleo de Estudos de Cultura (NEC) liderado pelo Prof<sup>o</sup> Dr. Luiz Eduardo Oliveira, e concentra suas pesquisas em História do Ensino de Língua Inglesa, Linguística Histórica, Materiais Didáticos, Estudos Culturais e Ensino de Língua Inglesa. No momento é doutorando em Educação na Universidade Federal de Sergipe, onde também leciona como Professor Assistente I no Departamento de Secretariado Executivo Bilingue. Ainda atua como Professor de Letras Inglês Licenciatura no Ensino a Distância (EAD) da Universidade Federal de Alagoas.